

Piquet Carneiro defende Severo e afirma que seu relatório é bom

BRASÍLIA — O ex-Secretário do Programa Nacional de Desburocratização, Piquet Carneiro, disse ontem que o relatório do Senador Severo Gomes está sendo injustamente criticado, pois trata-se do trabalho mais equilibrado que surgiu nesta fase da Constituinte. Segundo Piquet Carneiro, Severo buscou soluções conciliatórias, o que está coerente com o papel de relator. "Muito estranho seria se fizesse o contrário, tentando impor aos constituintes as suas próprias idéias", afirmou.

Piquet Carneiro disse que o relatório de Severo atende aos interesses do povo brasileiro, pois afasta a presença do capital estrangeiro da exploração das riquezas minerais do País e assegura o monopólio do petróleo, incluindo o refino, hoje regulamentado por lei.

— Quanto às acusações de "estadólatria" — disse, referindo-se às críticas de Delfim Neto —, o relatório



Ex-Secretário discorda de Delfim

não é mais restritivo do que a atual legislação. As hipóteses previstas são aquelas tradicionais. O relatório

até limita a presença do Estado onde a iniciativa privada é auto-suficiente, o que é saudável.

Para o ex-Secretário da Desburocratização, o relatório assegura o desenvolvimento da indústria nacional:

— Nos países carentes de capital privado, como é o Brasil, o Estado tem um papel importante neste setor. Países como a Itália e o Japão fazem assim — afirmou.

O Relator da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, Senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), disse que, sob o aspecto dos princípios gerais, o relatório de Severo é muito bom. "O tempo, escasso, está prejudicando o trabalho, mas nas questões já definidas, como o conceito de empresa nacional e o monopólio do petróleo, o resultado é muito positivo", salientou.

Senador define pontos inegociáveis com representantes dos dois grupos

BRASÍLIA — Nas intensas negociações que vem mantendo com os grupos "moderados" e "progressistas", o Relator da Comissão da Ordem Econômica, Severo Gomes (PMDB-SP), já tem definido os pontos em que não fará concessões, sob pena de comprometer seu perfil político: reserva de mercado, monopólio do petróleo (incluindo o refino), exclusividade para a empresa nacional na exploração das jazidas minerais e a imissão imediata na posse da terra rural desapropriada.

Severo define hoje com os "moderados" o acordo que vai garantir a aprovação prévia de grande parte do seu relatório. Ele reúne-se pela manhã com os constituintes Delfim Neto (PDS-SP), Afif Domingos (PL-SP) e Albano Franco (PMDB-SE), na casa deste último, para fechar os entendimentos. A tarde, com os "progressistas", Severo negocia o espaço restante. Afif voltou a afirmar que, depois de um momento de pessimismo, quando as posições pareciam tender à radicalização, o clima de entendimento voltou a ser predominante. Ele prevê que 70 por cento dos itens do relatório de Severo serão aprovados. "Partimos do princípio de que nesta segunda fase deve vigorar a negociação. Se o consenso não for possível, que pelo menos possamos trabalhar em cima do bom-senso", disse Afif.

Na reunião mantida entre os líderes dos "moderados", na manhã de ontem, com a participação de Severo e do Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, já foi possível identificar os pontos onde se poderia fixar os entendimentos acerca das propostas mais polêmicas. A questão do monopólio do petróleo, a definição de empresa nacional e até a proposta sobre política mineral têm boas chances de serem acatadas pelos "moderados", com algumas pequenas modificações, mais na forma do

que propriamente no conteúdo.

— O ponto mais complicado ainda é a questão agrária — afirmou Afif. — Precisamos encontrar um meio de dar a imissão imediata na posse, passando pela Justiça, mas sem o caráter protelatório.

Segundo Afif Domingos, durante toda a reunião na casa de Albano Franco, Mário Covas preferiu assumir uma posição discreta, evitando falar muito, mas reafirmando sempre a necessidade de os relatores observarem o programa do PMDB em seus relatórios, bem como dos constituintes do seu Partido votarem com fidelidade nas teses partidárias. Na opinião de Afif, esta posição assumida por Covas está dificultando, de certa forma, os entendimentos na Comissão da Ordem Econômica:

— Covas deveria interpretar a posição comum do seu Partido, que é de centro. Fechado como está com os "progressistas", não só está atrapalhando as negociações como está se prejudicando como Líder. Ele não está avaliando bem o que está acontecendo na Constituinte.

No verdadeiro exercício de malabarismo que vem praticando nos últimos dias, pressionado pelos dois grupos que atuam na sua Comissão, Severo procura deixar claro o que não poderá acatar. Os "moderados", por exemplo, apresentaram emenda sugerindo alterações no conceito de empresa nacional, abrindo espaço para as multinacionais, que foi rejeitada pelo Relator. Mas Severo rejeitou também a exigência dos "progressistas" que insistem na definição da função social da propriedade.

Os "progressistas" querem ainda a nacionalização dos bancos, que Severo sequer vai mencionar em seu relatório, e a fixação do módulo máximo para a propriedade rural, que também não será considerado pelo Relator.

Deputado avisa que municípios perdem

BELO HORIZONTE — Os prefeitos correm o risco de "perder o bonde" da Constituinte, no que se refere à reforma tributária, caso não se decidam a participar das negociações em Brasília, alertou ontem o Deputado Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG), que presidiu a Subcomissão dos Municípios e Regiões. Ele acusa os Governadores, sobretudo o de São Paulo, Orestes Quéricia, de pressionarem a Comissão de Tributos para reverter somente para os Estados os benefícios da redistribuição tributária.

De acordo com o Deputado Luiz Alberto, o relatório de José Serra irá destruir todo o trabalho feito na Subcomissão de Municípios, visando a um sistema tributário moderno e equilibrado.

— A reforma tributária proposta pela Comissão de Tributos apenas muda o nível da tutela, hoje exercida pela União, para os Estados — acusa.

Segundo o Deputado, pelo relatório os Estados ficarão com 50 por cento dos impostos arrecadados, a União com 30 por cento e os municípios com os mesmos 20 por cento atuais. Pela ação direta do Governador de São Paulo, foram retirados dispositivos que garantiam recursos aos municípios, de acordo com o deputado. Como exemplo, ele cita o artigo que transferia para os municípios o total da arrecadação do Imposto Único sobre Minerais de lavras que comessem a funcionar a partir de agora.

— O Quéricia, que estranhamente é Presidente da Frente Municipalista, tem trabalhado com bom jogo de cintura nas migalhas da reforma de emergência, mas tem exigido para os Estados a parte do leão na reforma definitiva. E, o que é pior, tem conseguido — reclama Luiz Alberto, que veio a Belo Horizonte convocar os prefeitos de Minas a agirem sobre a Constituinte, sob pena de jogar por terra uma luta de 18 anos pela equidade tributária.



Kertesz (à esquerda) passa a Presidência da ABPC a Jarbas

Prefeitos condenam qualquer mudança nos seus mandatos

RECIFE — Ao assumir ontem a Presidência da Associação Brasileira dos Prefeitos das Capitais (ABPC), o Prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos (PMDB), condenou com veemência toda e qualquer sugestão que implique a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, e, ressaltando que falava em nome pessoal, afirmou que o papel do Governo de transição, dirigido pelo Presidente José Sarney, se esgotará com a promulgação da nova Constituição.

— A Nova República — disse ele —, com apenas dois anos e meio de existência, tende perigosamente para o envelhecimento precoce, vitimada por um processo de esclerose múltipla. Além de continuar paralisada no terreno econômico-social, mostra sintomas de esquecimento de compromissos e de ameaças de retrocesso no próprio campo político-institucional.

Ele se referia ao movimento surgido na Constituinte em favor da prorrogação dos mandatos dos prefeitos eleitos para um período de três anos e que considera "absolutamente incompatível com a gramática democrática". Disse que o argumento de que eleições sucessivas não resolvem o problema do País "parece coisa da ditadura, porque tem como objetivo amarrar interesses privados à duração de uma transição que pretendem esticar ao máximo".

Jarbas conclamou os 16 prefeitos de capitais presentes à sua posse a que se mantenham unidos em torno da Associação, independente de siglas partidárias, para que a entidade possa levar adiante a luta que desenvolve desde a sua criação em favor da melhoria das condições financeiras dos municípios brasileiros.

A condenação por ele feita à prorrogação dos mandatos recebeu a aprovação unânime dos prefeitos.

— Somos contrários à prorrogação — disse o Prefeito de Salvador, Mário Kertesz, que presidiu a ABPC até ontem — Seria a mais imperdoável incoerência se nós, primeiros prefeitos de capital eleitos pelo voto popular, trocássemos a legitimidade do nosso mandato por um diploma espúrio.



Afif Domingos acredita em acordo

Grupo procura estabelecer linhas para negociação

BRASÍLIA — O grupo "moderado" dos parlamentares que integram a Comissão da Ordem Econômica realizou ontem diversas reuniões para tentar chegar a um consenso quanto às modificações que devem ser feitas no anteprojeto do Senador Severo Gomes (PMDB/SP). À tarde, no Hotel Carlton, o grupo reuniu-se para discutir as emendas ao substitutivo de Severo. Segundo o Deputado Delfim Neto (PDS/SP), até amanhã os parlamentares terão definido as emendas que pretendem aprovar na votação deste final de semana. No começo da noite, líderes dos "moderados" reuniram-se com Severo para tentar um entendimento.

— Estamos vendo o que é aceitável e aquilo que gostaríamos de ver mudado —, afirmou Delfim.

Ele disse que ontem, na reunião do Hotel Carlton, não chegaram a ser identificadas emendas que contam com o apoio consensual do grupo. Esclareceu que os parlamentares estudariam as emendas para hoje, em nova reunião, começarem a encontrar os pontos consensuais.

Delfim voltou a criticar o conteúdo estatizante do substitutivo de Severo.

— Basicamente, as divergências são de ordem filosófica. O projeto do Severo incorpora uma filosofia que dá ao Estado características que acreditamos existir apenas em Deus. Põe o cidadão na mão do burocrata. Nossa visão é oposta —, afirmou.

Afif Domingos deixou a reunião às pressas, para um encontro com o Deputado Ulysses Guimarães. Ele afirmou que a divergência maior com Severo está no tratamento da reforma agrária. Mais precisamente, na imissão imediata da posse.

— Concordamos com a necessidade de rapidez, mas é preciso justiça, afirmou.

RHS
EXCURSÕES

CIRCUITOS
ANDINOS

CIRCUITO ANDINO

CIRCUITO ANDINO

CIRCUITO ANDINO

12 Dias
Santiago, Valparaíso, Viña Del Mar, Puerto Montt, Lagos Andinos Peulla, Bariloche e Buenos Aires
Saídas: Domingos

CIRCUITO AUSTRAL

12 Dias
Santiago, Valparaíso, Viña Del Mar, Puntas Arenas, Rio Grande, Terra do Fogo, Ushuaia, Canal de Beagle e Buenos Aires
Saídas: Terças e Domingos

CIRCUITO CENTRAL

10 Dias
Santiago, Valparaíso, Viña Del Mar, Portillo, Travesia de Cordillera dos Andes por Terra, Mendoza, Córdoba e Buenos Aires
Saídas: Terças e Domingos

CIRCUITO DOS INCAS

12 Dias
Santiago, Valparaíso, Viña Del Mar, Lima, Cuzco, Machu Picchu, Lago Titicaca e